

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA**  
**Coordenação-Geral de Ensino Médio**

**Salto para o Futuro - Série Ensino Médio - 2001**  
**Uma Escola para Jovens - PGM 5 – A Escola Jovem**

Ao mesmo tempo em que se estabelecia uma nova regulamentação curricular e administrativa para o ensino médio brasileiro, o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal desenvolviam um conjunto de políticas para apoiar o processo de mudanças.

Na base dessas políticas, está a concepção de uma Escola Jovem, uma escola dotada de identidade própria, distinta da de uma escola para crianças, e que atenda com qualidade os alunos adolescentes e jovens que a ela acorrem. A concretização do projeto de construção dessa Escola Jovem prevê a adoção de uma série de estratégias e ações articuladas que vêm inaugurar no Brasil uma nova experiência no campo educacional: o desenvolvimento efetivo de políticas públicas para uma etapa da educação até então à margem de consideração, de estudo, de análise, de financiamento específico, ou seja, à margem da ação dos poderes públicos e mesmo da reflexão de estudiosos, acadêmicos ou não.

O conjunto dessas políticas, estratégias e ações poderia ser agrupado em dois grandes campos complementares e interdependentes. De um lado, estão as políticas voltadas mais especificamente para a infra-estrutura pedagógica das escolas. De outro lado, estão aquelas políticas que subsidiam o desenvolvimento pedagógico das mesmas e que dizem respeito à gestão dos sistemas educacionais como um todo.

A lógica que fundamenta, molda e dá amálgama a essas políticas é exatamente a da construção da Escola Jovem, finalidade que orienta todo o esforço.

No primeiro campo, situam-se as políticas de desenvolvimento curricular, desenvolvimento de materiais, recursos e práticas pedagógicas, melhoria da gestão

pedagógica das escolas, formação inicial e continuada de professores e valorização de professores e alunos.

Uma política de desenvolvimento curricular para a Escola Jovem implica necessariamente a identificação das demandas específicas dos adolescentes e jovens que estudam ou desejam estudar nas escolas de ensino médio e requer, portanto, uma atualização curricular permanente, capaz de dotar as escolas de dispositivos curriculares que propiciem a melhoria da aprendizagem, indicada pela construção das competências, conhecimentos e valores necessários à vida pessoal, civil e profissional do educando.

O desenvolvimento curricular implica, portanto, o apoio às escolas na elaboração de desenhos curriculares inovadores, coerentes com os princípios e determinações da LDB e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, mediante a adoção de metodologias de ensino e avaliação que estimulem a iniciativa dos educandos.

São ferramentas importantes dessa política a ampla difusão das Bases Legais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e o enriquecimento destes com a elaboração de referenciais curriculares próprios de cada sistema de ensino, para atender às diversidades regionais. Os Parâmetros e referenciais são materiais de apoio à escola, de caráter não obrigatório e que visam a subsidiá-las na elaboração de seus currículos.

Uma importante política que se associa a esta é a de valorização dos estudantes, por meio do apoio ao desenvolvimento de projetos juvenis curriculares nas escolas. Tal política é implementada mediante a sensibilização dos professores e gestores da escola, da definição das formas de participação dos alunos e do fomento através do apoio financeiro e material ao desenvolvimento dos projetos formulados por iniciativa dos alunos, sob orientação e supervisão dos professores.

Outro conjunto de ações que se soma e apóia o desenvolvimento curricular das escolas de ensino médio é o desenvolvimento de materiais, recursos e práticas pedagógicas, evidentemente que afins à concepção curricular, e de aprendizagem que orienta a reforma educacional.

Trata-se de equipar as escolas com salas-ambiente, bibliotecas, videotecas, laboratórios, auditórios, quadras ou ginásios esportivos e acervos que possibilitem aos professores a diversificação de suas práticas e dos materiais e recursos em uso, a fim de

proporcionar situações de aprendizagem variadas, diversificadas e flexíveis, para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Com relação ao livro didático, especificamente, sua simples distribuição aos alunos seria dispendiosa e de impacto e alcance duvidosos no ensino médio, dada a complexidade de sua estrutura curricular. Muito mais consistente e eficaz é a aquisição de acervos para as escolas e, particularmente para as salas de aula, a fim de que os alunos tenham acesso direto e cooperativo aos recursos no decorrer da própria atividade realizada na escola. Trabalhando com materiais variados, os alunos teriam muito mais condições de construir as necessárias competências e habilidades associadas à compreensão dos diversos fenômenos naturais, sociais e culturais e ainda o domínio de linguagens diversas.

Por isso, além do livro didático compreendido de forma estrita, recomenda-se a oferta de materiais diversificados, tais como dicionários, antologias, revistas científicas e livros de vulgarização científica, como os chamados “paradidáticos”, além de outros. E ainda, materiais apoiados em outros suportes tecnológicos e linguagens que não a verbal, como vídeos, discos, slides ou transparências, mapas e outros.

A vantagem dessa ação é oferecer aos professores e alunos os recursos e as fontes para o desenvolvimento de práticas de investigação e estudo no processo de aprendizagem, que apoiem o processo de construção da autonomia intelectual desses alunos. Na Educação de Jovens e Adultos, essa estratégia tem um impacto ainda maior, ao permitir aos alunos o acesso a materiais e bens culturais que, caso contrário, não estariam disponíveis a eles, dada sua condição social e seus compromissos laborais.

Mais coerente com a oferta de uma educação de qualidade a esses alunos jovens e adultos é a possibilidade de melhor utilização do tempo escolar, em atividades de estudo e pesquisa impossíveis de serem realizados em outros espaços que não o escolar.

A melhoria dos processos de gestão das escolas, centrando-se essa gestão na atenção ao processo de aprendizagem e à construção e desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas, é outra política fundamental para o sucesso da reforma. Isso implica, por um lado, ampliar a capacidade institucional das escolas, fortalecendo-se as formas de gestão participativa e democrática e, por outro lado, assegurar que as equipes de gestão estejam efetivamente comprometidas com a dimensão pedagógica do trabalho escolar. A finalidade

dessa política é dotar a escola de ensino médio, a Escola Jovem, de um ambiente mais arejado e, ao mesmo tempo, mais acolhedor para os alunos, garantindo sua permanência e seu sucesso nos estudos.

Na base de todo esse primeiro campo de políticas, está a mais que necessária formação dos professores e gestores, o investimento na mudança do perfil de formação inicial e na adoção de estratégias de formação continuada diversificadas, flexíveis e contextualizadas na realidade escolar.

Nesse sentido, estão em curso diversas estratégias, postas em ação pelo Ministério e pelas Secretarias de Educação, como a difusão de princípios e políticas mediante a realização de eventos e a veiculação de programas televisivos; a capacitação em conteúdos ou metodologias específicas, como o uso da informática, do vídeo e do próprio livro didático; a formação continuada realizada em equipe no dia-a-dia da escola e a valorização dos profissionais mediante o acesso a bens culturais e da informação (aquisição de livros didáticos e periódicos; co-financiamento à compra de computadores; acesso a espetáculos diversos, etc.).

Chamamos a atenção para o papel que cumpre a programação da TV Escola para o desenvolvimento desse processo de formação continuada nas escolas, mediante a exemplificação e explicitação dos princípios de contextualização, interdisciplinaridade e construção de competências, conforme se observa nas séries *Como Fazer?* e *Acervo*. Já o *Salto para o Futuro* e a série *Como Fazer? A Escola* cumprem o papel de difundir e discutir políticas e estratégias, com vistas à melhoria da gestão das escolas, sempre com foco na construção de seus projetos pedagógicos.

Uma vez que a dimensão pedagógica esteja em primeiro lugar, resta considerar o papel das ações que asseguram a infra-estrutura material e gerencial às escolas e ao sistema educacional como um todo. São as políticas de fortalecimento institucional das Secretarias de Educação, que incluem o desenvolvimento de sistemas gerenciais e de avaliação; o reordenamento da oferta de ensino médio nas redes estaduais; a melhoria da rede física das escolas; o desenvolvimento de estratégias alternativas de atendimento; o financiamento do ensino médio público estadual.

As ações iniciam-se na própria Secretaria de Educação, com a definição das responsabilidades de um setor específico voltado para a gestão do ensino médio no âmbito de cada sistema estadual e do Distrito Federal. Prosseguem no fortalecimento desse mesmo setor, para que possa enfrentar os desafios postos pela reforma, concebendo e executando políticas específicas coerentes com a identidade da Escola Jovem que se quer construir.

Como parte integrante desse fortalecimento, salienta-se a adoção de políticas de informação e avaliação do sistema, que permitam às Secretarias a adoção de uma sistemática de planejamento e correção de rumos na adoção e execução de suas políticas para o desenvolvimento do ensino médio.

O planejamento das ações de formação continuada de professores, por exemplo, requer o levantamento de informações que indiquem com precisão quantos são os professores, que formação detêm, em que escolas se situam e quais as suas necessidades específicas de capacitação.

Já a avaliação da aprendizagem dos alunos no conjunto do sistema informa a permanente revisão e atualização dos currículos e das práticas pedagógicas das escolas.

A busca da melhoria do gerenciamento da rede de escolas vem exigindo às Secretarias de Educação proceder ao reordenamento da oferta de ensino médio. A finalidade dessa política é identificar com clareza para a comunidade educacional e para a sociedade em geral quais são as escolas – espaços físicos e institucionais - especificamente voltadas para a educação dos adolescentes e jovens.

Alcançar essa finalidade implica a otimização dos próprios recursos disponíveis nas redes dos Estados e do Distrito Federal, concentrando-se os investimentos financeiros em um número mais reduzido de escolas, que passam a contar com mais recursos. As vantagens são o aumento do número de vagas nos turnos diurnos, assegurando aos alunos trabalhadores que estudam no turno da noite um atendimento mais adequado; a fixação do docente a uma mesma escola e a melhoria física da escola de ensino médio, que se beneficia da concentração dos investimentos.

A melhoria física do conjunto da rede de escolas de ensino médio, amparada nessa política de reordenamento, portanto, vem apoiar os esforços para dotar as escolas de ensino médio daqueles recursos apontados como integrantes da infra-estrutura pedagógica das

mesmas. Embora respeitando a diversidade de situação e de necessidades decorrentes dessa mesma diversidade, esses investimentos na melhoria física correspondem à adoção progressiva de um padrão mínimo de qualidade, comum a toda a rede pública de escolas de ensino médio de cada Estado e do Distrito Federal.

Respeitando esse padrão mínimo de qualidade e observando-se a necessária flexibilidade na oferta, desenvolvem-se também estratégias e ações que compõem uma política de atendimento alternativo. A educação a distância, a combinação de estratégias presenciais, semipresenciais e itinerantes, as necessárias adaptações para o atendimento a populações indígenas, rurais e aos portadores de necessidades especiais, além da própria educação de jovens e adultos são elementos desse atendimento alternativo. Sua finalidade é a observância e o respeito às diversidades, compatibilizando-as com os padrões de qualidade comuns, responsáveis por dar identidade à oferta de ensino médio. Trata-se, uma vez mais, de adequar a escola aos alunos e não o contrário.

Corroborando todo esse conjunto de políticas, visando ao desenvolvimento de um sistema educacional de ensino médio público no país, estão sendo realizados estudos e as necessárias gestões políticas para atingir-se uma definição quanto ao financiamento específico do ensino médio.

Tão logo esteja definido esse financiamento, asseguram-se os indispensáveis recursos permanentes e estáveis para a expansão e melhoria da oferta de ensino médio, frente à demanda crescente, e ainda a possibilidade real de serem revistos os padrões salariais hoje vigentes entre os professores que atuam nas redes públicas do país, além de se reestruturarem os planos de carreira e de se prever o repasse de mais recursos diretamente às escolas, a fim de que elas possam construir progressivamente sua autonomia financeira e administrativa, como esteios da autonomia pedagógica.